

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.109 - PE (2015/0289140-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : FIBRAS DO NORDESTE LTDA - EPP
ADVOGADO : PATRÍCIA HELENA FERREIRA GAIAO E OUTRO(S) -
PE017296
EMBARGADO : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO : MARCELO LOBO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO E OUTRO(S) -
RJ022184

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO VERIFICADA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS NA FORMA ESTABELECIDADA PELOS RECURSOS REPETITIVOS 1.028.592/RS E 1.003.955/RS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES, APENAS PARA SANAR A OMISSÃO INDICADA.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por FIBRAS DO NORDESTE LTDA.-EPP em face de decisão de minha relatoria que deu parcial provimento ao seu Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA. QUESTÃO DECIDIDA EM RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESP 1.003.955/RS E RESP 1.028.592/RS, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJ 27.11.2009). INCIDÊNCIA DE JUROS REMUNERATÓRIOS DE 31/12 DO ANO ANTERIOR À CONVERSÃO ATÉ SEU EFETIVO PAGAMENTO. RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA PARCIALMENTE PROVIDO.

2. Sustenta a parte embargante omissão no julgado, defendendo que deve ser reconhecido também o direito à correção monetária pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal aos juros moratórios e remuneratórios nos moldes dos REsp's 1.028.592/RS e 1.003.955/RS, julgados sob a sistemática do art. 543 do CPC/1973.

Superior Tribunal de Justiça

3. Requer sejam acolhidos os presentes Aclaratórios, a fim de sanar o vício indicado.

4. Às fls. 1.144/1.158, a parte embargada apresentou impugnação.

5. É o relatório.

6. De início, cumpre esclarecer que o art. 1.022 do Código Fux (CPC/2015) é bastante específico ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de obscuridade, contradição, omissão no julgado ou erro material.

7. Na hipótese dos autos, observa-se que, de fato, a decisão ora embargada omitiu-se em sua parte do dispositivo sobre o direito da embargante à incidência de correção monetária, juros moratórios e remuneratórios. Logo, passa-se ao exame da questão.

8. Com efeito, a Primeira Seção deste Tribunal Superior, por ocasião do julgamento dos REspS 1.003.955/RS e 1.028.592/RS, submetidos ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), consolidou orientação quanto aos índices de juros e correção monetária aplicáveis na restituição do empréstimo compulsório sobre energia elétrica, estabelecendo a incidência de correção monetária plena sobre o empréstimo compulsório com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal, desde a data do pagamento pelo particular até 1o. de janeiro do ano seguinte (data da consolidação do crédito). Decidiu-se também que sobre os valores apurados em liquidação de sentença devem recair, até o efetivo pagamento, juros moratórios de 6% ao ano, a partir da citação, nos termos dos arts. 1.062 e 1.063 do CC/1916, até 11.1.2003, quando passou a se aplicar a Taxa Selic (art. 406 do CC atual), além de serem devidos os juros remuneratórios sobre a diferença da correção monetária de 6% ao ano incidente sobre o principal (apurada da data do recolhimento até 31/12 do mesmo ano).

Superior Tribunal de Justiça

9. Ante o exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração da Sociedade Empresária, sem efeitos infringentes, apenas para sanar o vício indicado, reconhecendo o direito à correção monetária e aos juros moratórios e remuneratórios, nos moldes dos Recursos Repetitivos 1.028.592/RS e 1.003.955/RS.

10 . Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

